

HABEAS CORPUS Nº 416.434 - RS (2017/0236440-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RAFAELA KARINE FILTER
ADVOGADO : RAFAELA KARINE FILTER - RS076700
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ERNANI MEDEIROS XAVIER FERNANDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ERNANI MEDEIROS XAVIER FERNANDES**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cuja ementa registra:

HABEAS CORPUS. ROUBOS MAJORADOS PELO CONCURSO DE AGENTES COM EMPREGO DE SIMULACROS DE ARMAS DE FOGO E CORRUPÇÃO DE MENORES. Embora o paciente seja primário, o delito supostamente cometido por ele é grave, cometido com violência e grave ameaça à pessoa, o que possibilita a decretação de sua prisão preventiva, cujo decreto restou devidamente fundamentado. ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA.

No presente *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que a fundamentação da medida constritiva é inidônea.

Pugna pela concessão da ordem, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem.

É o relatório.

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, proc. n. 0017158-96.2017.8.21.0039, verifica-se que, em 18/06/2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor do paciente.

A denúncia foi julgada parcialmente procedente, condenando o paciente nas sanções do art. 157, §2º, II, e art. 244-B da Lei 8.069/90, c/c art. 65, I e III, alínea "d", do Código Penal, na forma do art. 69, também do Código Penal, à pena de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto.

Também foi determinada a imediata expedição de PEC, a fim de viabilizar a transferência do acusado para estabelecimento compatível com o regime intermediário fixado na condenação, razão pela qual fica prejudicado o pleito de revogação da custódia cautelar.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

